

**PLANO TERRITORIAL
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DO TERRITÓRIO DA BACIA DO
PARAMIRIM**



BACIA DO PARAMIRIM
DEZEMBRO 2016 – MARÇO 2017

Parcerias na elaboração do Plano:

CAR: Companhia de Ação Regional

SDR: Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural

SEPLAN: Secretaria Estadual de Planejamento

Equipe técnica:

Paulo Affonso Leiro Baqueiro - Coordenação

Jakson Souza Silva / RTC– Território Bacia do Paramirim

Jefferson Luís Santos Goes /CAR Macaúbas

Gilenio Nunes Caldeira /CAR Macaúbas – Território Bacia do Paramirim

Núcleo Diretivo CODETER BP:

Edimilson Antônio Saraiva /Coordenador Geral

Edelzute Abreu Ramos /Coordenadora Adjunta

Fátima Cristina da Silva Oliveira / Secretaria Geral

Lourival Nunes da Silva /Secretario Adjunto

Colaboradores:

Agricultura: José Afonso Souza – Produtor Rural

Educação, Esporte e Lazer: Profa. Flordeline / NRE 13 Macaúbas

Meio Ambiente, Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade : Bruno Dowboz – Caio Rodrigues - ASAMIL

Justiça e Direitos Humanos: Dr. João Ricardo/ OAB

Recursos Hídricos: Anselmo Barbosa Caires /Presidente CBH-PASO

Saúde: Índio Mafra Vilasboas /NRS Boquira

Segurança Pública: Cel Paulo Salomão / CPRoeste

Dados para Contato do Colegiado

Endereço: Rua Manuel Viturino, nº 99 - 45G - 1º e 2º andares – Centro

Macaúbas - BA CEP: 46500-000

Telefone: (77) 3473-1421/3473-1422

colegiadobaciadoparamirim@gmail.com

Sumário

1. Apresentação.....	1
2. O Território	2
2.1 Histórico do Território	2
2.2. Caracterização Ampla do Território	4
2.2.1. Aspectos Geo-Ambientais.	5
2.2.2. Aspectos Demográficos.....	15
2.2.3. Aspectos Culturais.....	15
2.2.4. Aspectos Socioeconômicos	8
2.2.4.1. Índices de Desenvolvimento.....	8
3. Dimensões do Desenvolvimento	16
3.1 Dimensão Socioeconômica	17
3.2 Dimensão Ambiental	18
3.3 Dimensão Sociocultural e Educacional	20
3.4 Dimensão Político Institucional	23
4. Matrizes de Objetivos, Estratégias e Metas	23
4.1. Eixos de Planejamento	29
4.1.1 Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.	24
4.1.2 Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	29
4.1.3 Formação Cidadã e Organização Social	30
4.1.4 Infraestrutura e Serviços Públicos	32
5. Gestão do Desenvolvimento – Estratégia, Acompanhamento e Monitoramento.	38
6. Bibliografia	41
7. Anexo - Fotos	42

1. APRESENTAÇÃO

O conceito mais abrangente de território define-o como espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições; e uma população com grupos sociais relativamente distintos que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão (social, cultural e territorial) e sentimento de pertencimento (SDT, 2005).

O Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território da Bacia do Paramirim – PTDS BP - é o instrumento norteador principal das estratégias e intervenções no Território, tendo como objetivo primordial facilitar a articulação e implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do Território da Bacia do Paramirim. Essa versão do Plano foi pensada para os próximos oito anos e é resultado de um amplo processo de esclarecimento, informação, mobilização e construção coletiva e vem contemplar a decisão dos governos federal e estadual de democratizar e universalizar o acesso dos Territórios às políticas públicas, numa perspectiva de gestão social participativa e compartilhada.

Entre os objetivos da construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável– PTDS destaca-se: o plano deverá ser um instrumento de orientação na elaboração de políticas públicas, buscando garantir a ampla participação dos diversos setores sociais que formam os oito municípios que compõem o Território Bacia do Paramirim. Além disso, deve garantir que as demandas levantadas durante as várias oficinas realizadas para a elaboração do PTDS sejam realmente priorizadas pelos governos, seja ele municipal, estadual ou federal. É preciso também, por meio do plano contribuir para uma melhor potencialização e aplicação de recurso público destinados ao Território Bacia do Paramirim, visando uma maior interação entre as diversas políticas públicas já desenvolvidas no Território. Propor e orientar programas, projetos e ações para o desenvolvimento sustentável e solidário a partir da mobilização social a articulação de políticas públicas, contribuir para o controle social das políticas públicas por parte de organizações da sociedade civil, qualificando esta intervenção e ser um instrumento de orientação e consulta para os gestores municipais no que diz respeito à aplicação de recursos e otimização de projetos.

A metodologia, preconizada pela SEPLAN/SDR e utilizada para elaboração deste documento pautou-se no pressuposto da participação coletiva e democrática de todos os atores envolvidos no processo, buscando sempre propiciar uma reflexão crítica sobre a realidade, de modo que as propostas fossem direcionadas à transformação e melhoria na qualidade de vida das cidades, comunidades rurais e da população em geral.

No decorrer dos seis meses de trabalho, entre setembro de 2016 e março de 2017, o Plano foi apresentado e discutido, em três plenárias e duas reuniões de Núcleo Diretivo, com o intuito de torná-lo acessível a um maior número de pessoas, assim como permitir ao colegiado o acompanhamento, a qualificação e a validação do documento. Foram realizadas para definição dos Eixos de Planejamento com seus objetivos, estratégias e metas do Plano, de maneira que todos puderam expor e argumentar seus pontos de vistas, prevalecendo no final o consenso e definição de diretrizes e linhas de ação voltadas para o desenvolvimento mais abrangente. Todas as oficinas e encontros realizados estiveram voltados para sintonizar as ideias dos protagonistas sociais do Território com a proposta de construção do Plano, que já se apresentava como desejo, posto que já havia um esforço coletivo materializado em um PTDRSS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Solidário Sustentável, não homologado desde 2013. É importante salientar que além dos encontros presenciais, muitas contribuições foram feitas por meio virtual e telefônico, o que possibilitou uma maior participação de representantes de órgãos governamentais e não governamentais, bem como dos membros do Colegiado, tanto na construção propriamente dita do Plano, como na apropriação da metodologia de elaboração desenvolvida.

A primeira parte, do presente PTDS da Bacia do Paramirim, compila, sintetiza e destaca as características mais marcantes do território, integrado por oito municípios: Boqueirão, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibiapitanga, Macaúbas, Paramirim e Rio do Pires. É apresentada uma caracterização ampla revelando a realidade territorial nos seus mais diversos aspectos: históricos, geográficos, sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais. O capítulo é o retrato sintético e crítico das ações antrópicas e suas consequências. Significa, em outras palavras, a fotografia atual da realidade do Território da Bacia do Paramirim.

Na segunda parte, demonstra-se as Dimensões do Desenvolvimento, contendo os gargalos e limitações, as potencialidades e as oportunidades do Território. São quatro as dimensões: ambiental, sócio-económica, político-institucional, sócio-cultural e educacional.

Na terceira parte estão expressos os eixos da Matriz de Planejamento. A eles se vinculam os objetivos, as estratégias para cada objetivo e as metas para cada estratégia propostos, necessários para se alcançarem as mudanças desejadas pelo conjunto da população do Território, identificando políticas públicas voltadas para implementação do

desenvolvimento territorial. Todas as ações estão direcionadas para atingir ao fortalecimento do capital social e ambiental das redes, a dinamização das economias e empoderamento econômico, social e cultural das comunidades e dos atores territoriais, conforme as áreas estratégicas priorizadas pela SEPLAN. Também o PTDS BP indica como se dará sua aplicação, através da Gestão do Desenvolvimento – Estratégia, Acompanhamento e Monitoramento. Será responsabilidade do Colegiado Territorial, a gestão executiva e social do Plano e consistirá em uma das suas principais atribuições na política de desenvolvimento territorial. A execução operacional terá inicio logo após a aprovação do PTDS. Cabendo também, ao Colegiado o monitoramento e avaliação das ações a serem realizadas.

Como forma de marcar e valorizar a atuação do CODETER BP, salientamos que a elaboração do PTDS contou com sua expressiva colaboração nas suas diversas instâncias, a saber, Núcleo Executivo, Núcleo Técnico, Assessores Territoriais e com as Câmaras Temáticas.

Por fim, cumpre-nos informar que o Plano Territorial de Desenvolvimento da Bacia do Paramirim como processo coletivo e participativo em busca da sustentabilidade, nos seus três sustentáculos: Social, Econômico e Ambiental é dinâmico. Por construção humana é falho, e com certeza, possuidor de lacunas. Posto, ainda, que as demandas e necessidades, recursos e provimentos estarão sempre se modificando, faz-se mister um processo de revisão constante, sempre que considerado necessário.

3. Dimensões do Desenvolvimento - Sustentabilidade

O Conceito atual de Sustentabilidade busca traduzir o comportamento de um individuo, grupo ou sociedade que, relacionando aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, busca suprir as necessidades do presente sem afetar as gerações futuras.

Por conseguinte, nessa seção sobre o desenvolvimento no território, o diagnóstico deverá contribuir para apontar os resultados que se quer alcançar a partir de uma leitura sobre as dimensões do desenvolvimento sustentável elencadas previamente: I) dimensão socioeconômica, II) dimensão sociocultural educacional, III) dimensão ambiental e IV) dimensão político institucional, como ilustrado na figura, abaixo.



Para cada uma dessas dimensões do desenvolvimento sustentável foram levantadas as limitações e as potencialidades do território. Para isto, foram consultados os esboços de planos anteriores e outros documentos elaborados ou aprovados pelo Colegiado Territorial, os resultados das Conferencias Territoriais de Desenvolvimento Rural, ATER, Educação, Saúde, Cidades, Segurança Alimentar e Pública e outras realizadas nos últimos cinco anos. Também, tomados foram, em consideração para registrar os limites e potencialidades, os dados secundários elaborados no item anterior, referente às características geo-ambientais do território e os aspectos populacionais, culturais e indicadores socioeconômicos.

Nesta parte do diagnóstico, o mais importante foi ser capaz de colocar centralidade nas questões relacionadas aos limites e potencialidades para o desenvolvimento sustentável, de forma que delas possam ser extraídas as principais ideias para a formulação de objetivos, estratégias e metas. Sendo assim, foram elaborados quadros das quatro dimensões objetivando tratar didática a apresentação e compreensão de tão complexo olhar.

3.1. Dimensão Socioeconômica – Em conformidade com as potencialidades, procura-se a organização social e econômica do território para se tornar geradora e dinamizadora do desenvolvimento e sustentabilidade. Caracteriza-se, portanto, por dois processos: a organização social das potencialidades do território e a reestruturação social das atividades produtivas ali predominantes, a partir da construção dos níveis de acumulação territorial e o desenvolvimento constante da produtividade e da intersetorialidade socioprodutiva.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Insuficiência de infraestrutura para comercialização na cadeia produtiva do mel. (PPA 2016-2019); - Precariedade da infraestrutura necessária da cadeia produtiva da Bovinocultura de Leite e Corte se desenvolver e os criadores do território poderem desenvolver e comercializar, evitando o abate clandestino e a comercialização de produtos sem inspeção sanitária" (PPA 2016 – 2019); - Precariedade da infraestrutura necessária da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura se desenvolver e os criadores do território poderem desenvolver e comercializar, evitando o abate clandestino e a comercialização de produtos sem inspeção sanitária" (PPA 2016 – 2019); - Ausência de capacitação técnica dos agricultores familiares do território. (PPA 2016-2019); - Deficiência na oferta de formação técnica na área da agricultura orgânica e agroecologia no território. (PPA 2016-2019); - Existência de mineradoras e cerâmicas irregulares no Território, urge rever a política de fiscal de tributação, licenciamento e 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença marcante de apicultores e meliponicultores nos municípios de Boquira, Botuporã e Macaúbas, com sua comercialização reconhecida no mercado estadual. (Consulta Territorial); - Existência da Bovinocultura de Leite, com grande de potencial de expansão da comercialização dos produtos derivados da atividade. (PPA 2016-2019); - Aptidão para a criação de caprinos e ovinos, potencial de expansão da comercialização dos produtos derivados da caprinovinocultura. (PPA 2016-2019); - Agricultura familiar forte na região; - Ampla variedade de alimentos e produtos derivados da agricultura familiar e da economia solidária. (PPA 2016-2019); - Agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, gerando subprodutos de qualidade e aumentando sua renda. (PPA 2016-2019); - Ampliação dos programas de desenvolvimento rural já existentes. (PPA 2016-2019); - Presença de experiências exitosas da agroecologia como forma de produção. (PPA

<p>levantamento de impactos ambientais e sociais. (I Oficina PTDS);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baixa produtividade agropecuária, baixa oferta de mecanização agrícola e de equipamentos compatíveis. (PPA 2016-2019); - Ausência de Serviços de Inspeção Sanitária para agroindústria familiar para beneficiamento dos produtos agrícolas, comercializando produtos in natura e/ou clandestinamente. (PPA 2016-2019); - Ausência de agroindústrias para beneficiamento dos produtos agrícolas, comercializando produtos in natura. (PPA 2016-2019 PTDSS 2013); - Ausência de pontos organizados e padronizados de comercialização de produtos da agricultura familiar e economia solidária, fragilizando todo o sistema produtivo." (PDTSS 2013 - PPA 2016-2019); - Ausência de ATER pública, com redução do corpo técnico e condições adequadas de realização do trabalho (Oficina PTDS – Consulta Territorial). - Ausência de ATER voltada para apoio a agroindústrias, artesanato e turismo. (Oficina PTDS 2016); - Dificuldade na certificação de produtos da agricultura familiar, no acesso a água, à qualificação, comercialização e processamento dos produtos. (Oficina de Elaboração do PTDS); - Ausência de capacitação dos povos de comunidades tradicionais para o desenvolvimento socioeconômico sustentável. (PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); 	<p>2016-2019);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de cultivos aptos a mecanização, permitindo aos agricultores familiares o uso de ferramentas para melhorar sua produtividade. (PPA 2016-2019) - Terras férteis - Diversidade de produtos agrícolas e não agrícolas; - Presença de comunidades tradicionais produtivas. (Oficina PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); - Existência de políticas públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar e certificação destes produtos inclusive para aquisição em mercados institucionais; - Grande apelo turístico da região, com presença de belezas naturais, com expressões e bens culturais, religião e tradições fortes, gastronomia, patrimônios históricos. (I Oficina PTDS); - Grande potencial para Turismo rural de base comunitária. (Oficina PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); - Vizinhança de um dos maiores destinos turísticos do Brasil: O Parque Nacional da Chapada Diamantina.
--	---

<p>Ineficiência de políticas públicas para assentados de reforma agrária, como CEFIR - licenciamento ambiental de Projetos de Assentamento, ATES, crédito e titulação;</p> <ul style="list-style-type: none">- Ineficiência de políticas públicas de regularização fundiária, crédito e crédito fundiário voltadas para agricultores familiares e comunidades tradicionais no território da Bacia do Paramirim;- Ineficiência na execução de políticas públicas de inclusão produtiva como o PAA e PNAE. (Consulta PTDS);- Morosidade na análise de pedidos de regularização ambiental, como outorga de uso de recursos hídricos e autorização para perfuração de poços, entre outros;- Necessidade de ampliação de infraestrutura hídrica de uso múltiplo, para garantia da transição agroecológica, inclusive através de tecnologias sociais para captação e reserva de água de chuva (PPA 2016 – 2019) (I Oficina do PTDS);- Desorganização do segmento turístico enquanto cadeia produtiva e pouca exploração do potencial cultural. (Oficina PTDS);- Precariedade de investimentos municipais em divulgação e em infraestrutura nos locais turísticos já explorados. Falta de organização das comunidades rurais como atrativos turísticos e qualificação. (Oficina PTDS);- Problemas de infraestrutura rodoviária que dificulta o turismo, transporte rodoviário de passageiros entre as localidades turísticas existentes no território, assim como o escoamento da produção (I oficina do PTDS,	
---	--

PPA 2016 – 2019);	
-------------------	--

3.2. Dimensão sociocultural e Educacional - Procura identificar e resgatar a história da formação dos territórios e as características sociodemográficas da diversidade sociocultural, bem como as suas relações com os direitos à educação, saúde e o fortalecimento da identidade cultural, visando à construção da sustentabilidade democrática do desenvolvimento dos territórios. Quanto à educação, deve ser vista como mecanismo sistêmico de reprodução social e cultural dos novos valores, comportamentos imaginários e simbólicos da sustentabilidade dos territórios.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Carência de um Hospital Público equipado e que realize serviços médicos de média e alta complexidade para atender as demandas do território. (PPA 2016 – 2019); -Carência de novas unidades de saúde (UPA, SAMU e PSF) e falta de infraestrutura física e técnica nos locais de saúde pública para o atendimento ao cidadão no âmbito do TI. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de um centro de referência em DST/HIV no território, ocasionando deslocamento de pacientes para os grandes centros. (PPA 2016 – 2019); - População de baixa renda, com necessidade de aquisição de medicamentos a um baixo custo. (PPA 2016 – 2019); -Ausência de um programa de saúde pública voltado para comunidades Quilombolas do TI. (PPA 2016 – 2019); -Necessidade de ampliação das equipes volantes de saúde para que se possa atender as comunidades rurais, quilombolas, indígenas e demais grupos minoritários. (PTDS 2013); 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de Unidades de Saúde da Família em todos os municípios do território. Bem como UPAs e SAMU em alguns municípios. (Escuta Territorial); - Reforma do Hospital Regional Macaúbas em andamento, (Consulta Territorial); - Número considerável de estudantes oriundos de famílias de agricultores familiares, com interesse em formação técnica. (Oficina do PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); - Existência de três Escolas Família Agrícola; - Existência de Escola Técnica; - Experiências exitosas nos programas de “Mais Educação”, “Mais Cultura” e “Educação Integral”; - Grande diversidade cultural presente no território com a existência de grupos de teatro, manifestações de comunidades tradicionais e movimentos de juventude ligados a práticas culturais; - Presença de manifestações tradicionais (reisados, capoeira, festas tradicionais, terreiros, jarês, marujadas, filarmônicas, etc.). (PPA 2016

<ul style="list-style-type: none"> - Ineficiência de programas de apoio à saúde do idoso (PTDS 2013); - Carência na área de formação em educação do campo e falta de apoio às EFA's (Escola Família Agrícola) existentes no território. (PPA 2016 – 2019) (I Oficina do PTDS); - Pouca quantidade de vagas ofertadas para o ingresso no ensino superior e quantidade limitada de cursos e instituições superiores, não possuindo nenhuma Universidade Federal ou Estadual implantada nos limites do território. (PPA 2016 – 2019); - Ocorrência de abandono escolar e falta de capacitação continuada dos professores, necessitando de centros multidisciplinares de formação. (PPA 2016 – 2019); - Falta de conhecimento e formação dos profissionais de educação sobre a lei 10639/2003 e o conhecimento da luta quilombola (PTDS 2015); - Ausência de um plano territorial de políticas públicas voltadas para a cultura, como também a baixa capacitação técnica dos gestores e profissionais na área cultural. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de um centro territorial cultural do TIBP e de ações públicas para o incentivo à presença de bibliotecas públicas e espaços culturais que dialoguem com as múltiplas linguagens existentes na sociedade, como forma de capacitar agentes culturais e oferecer manifestações culturais para a sociedade. (PPA 2016 – 2019); - Desconhecimento da população com relação ao seu patrimônio, falta de investimento em 	<ul style="list-style-type: none"> – 2019); - Presença de patrimônio material e imaterial de grande importância (Oficina do PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); - Presença de imóveis tombados pelos órgãos públicos IPAC e IPHAN; - Existência de municípios pioneiros na implementação do Sistema Municipal de Cultura; - Presença de conselhos tutelares em todos os municípios do TI, somada a legislações e políticas públicas de defesa da criança e do adolescente. (Consulta Territorial); - Grande quantidade de espaços de terra sem habitação, propiciando assim a expansão das cidades e da zona rural do território. (PPA 2016 – 2019) - Presença de assentamentos de reforma agrária no território e de comunidades tradicionais, como quilombolas e fundo de pasto. (Oficina do PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); - Grande quantidade de comunidades Quilombolas em todo território, com boa articulação, consolidando o movimento quilombola na região. (Oficina do PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO); - Ampla quantidade de usuários de telefonia celular e internet no âmbito do território. (PPA 2016 – 2019); - Redes de distribuição de energia elétrica existentes no território e uma quantidade expressiva de consumidores dos serviços de energia. (PPA 2016 – 2019);
---	--

<p>educação patrimonial e salvaguarda (pesquisa, tombamento, etc.) e a falta de legislação pertinente. (Oficina do PTDRSS);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de um mapeamento das manifestações e grupos culturais no território (PTDS 2015); - Baixo efetivo policial na maioria das cidades do território e ausência de serviço de inteligência, deixando vários crimes sem solução. (PPA 2016 – 2019); - Falta de delegacia especializada no atendimento à violência contra a mulher no TIBP e ausência de condições adequadas de infraestrutura nas delegacias existentes. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de defensoria pública no território e ausência de ouvidoria pública. (PPA 2016 – 2019); - Ausência de juizado especial (PTS 2015); - Policiais civis, das delegacias comuns, não capacitados para que se trate com dignidade as mulheres vítimas de violência; (PTDS 2015); 	
---	--

3.3.Dimensão ambiental - Consiste na valorização e avaliação da situação das questões e dos componentes do meio ambiente dos territórios e seu bioma, assim como a identificação dos passivos ambientais em busca da sustentabilidade.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade no acesso ao licenciamento ambiental e outorga por parte dos pequenos agricultores familiares, por conta da grande 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de experiências municipais exitosas com relação ao esgotamento sanitário e a destinação adequada a resíduos sólidos,

<p>burocracia e custos elevados;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Presença de lixões em todos os municípios do território e ausência de esgotamento sanitário em praticamente todos os municípios, elevando casos de doenças e contaminação dos solos e água subterrânea e superficial; - Ausência de promotoria ambiental e polícia ambiental na Bacia do Paramirim/Santo Onofre; - Perda da biodiversidade; - Incêndios florestais constantes e queimadas, causando esgotamento de nascentes, com impacto negativo para o turismo, economias locais, risco de destruição de bens materiais (habitações, postes de energia elétrica, comunicações, etc) e degradação da biodiversidade; - Esgotamento das nascentes pelo descontrole na abertura de poços subterrâneos e desmatamentos; - Ausência da aplicação de técnicas de conservação de agua e solo; -Falta de estudos de viabilidade dos poços perfurados e pequenas barragens; - Ausência do plano de bacia hidrográfica do Rio Paramirim/Santo Onofre; -Poluição das águas superficiais e subterrâneas e a contaminação devido ao uso descontrolado de agrotóxicos; - Presença de modelos de agricultura baseados na monocultura nas suas diversas escalas; - Áreas de mineração não regularizadas; - Loteamentos no meio rural e crescimento urbano desordenado; - Desenvolvimento de Turismo desordenado 	<p>retirando fatores de contaminação do solo e da água, diminuindo casos de doenças e possibilitando a geração de renda (Oficina);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Disponibilidade de recursos hídricos; -Vizinhança de Parque Nacional (PARNA), unidades de conservação estaduais; -Solos férteis e grande remanescente de vegetação nativa; -Presença de comunidades tradicionais, sítios rupestres, sítios arqueológicos, geológicos, sendo potenciais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, científico e eco turismo; - Clima adequado desenvolvimento de culturas com bons nichos de mercado; - Diversidade de saberes tradicionais referentes ao uso sustentável dos recursos naturais; - Existência de experiências voltadas para a agricultura orgânica e agroecologia com sensibilização e disseminação de informação; - Existência de brigadas voluntárias; - Existência de associações de condutores de visitantes com preocupação ambiental; - Abundância em energias renováveis com potencial energético; - Presença de Institutos de Educação Pública voltada para o Turismo e para o meio ambiente, como o CETEP Macaúbas.
---	--

<p>(contaminação das águas e do solo através de esgoto e resíduos sólidos e aumento do risco de queimadas);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de Fiscalização ambiental das grandes propriedades de monocultura; - Falta de aplicação da lei de outorga, considerando a disponibilidade hídrica superficial e subterrânea; - Falta de recurso hídrico suficiente para a produção em larga escala; - Falta de gestão e planos nas Unidades de Conservação; - Falta de educação ambiental continuada e envolvimento das entidades do governo; - Ineficiência do plano de prevenção e combate aos incêndios florestais – Bahia Sem Fogo; - Ausência de capacitação e apoio para que as associações concorram aos editais de atividades visando a sustentabilidade; - Extração irregular dos recursos naturais (plantas nativas, animais, fósseis, etc.); - Necessidade de apoio à consolidação das Unidades de Conservação (UC's) existentes no Território, à regulamentação de seus mecanismos de gestão e à criação de novas UC's. (PTDS 2015); - Ausência de Câmara Técnica Territorial de Meio Ambiente; 	
---	--

3.4. Dimensão Político- Institucional - Consiste na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços sócio-políticos do território para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos que as representam, as institucionalidades a elas vinculadas e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampliada, democrática e com protagonismo dos atores locais.

LIMITAÇÕES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Desarticulação dos CMDS (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável) existentes no Território, fragilizando inclusive sistemas de controle social. (Consulta Territorial) - Baixo índice de articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, na gestão das políticas públicas. (Oficina do PTDS 2013 NÃO HOMOLOGADO) - Baixa participação dos prefeitos e outros gestores públicos municipais no Colegiado Territorial. (Consulta Territorial). - Baixa participação das entidades governamentais estaduais no Colegiado Territorial (Câmara de Meio Ambiente); - Baixa articulação e comunicação entre os Conselhos municipais, Conselhos de Unidades de Conservação, Comitê de bacias hidrográficas e Colegiado Territorial; - Inexistência dos conselhos municipais de Turismo (Oficina do PTDS). 	<ul style="list-style-type: none"> - Presença de Conselhos Municipais de desenvolvimento Sustentável nos municípios do TI Bacia do Paramirim, empoderando as associações comunitárias rurais. (Consulta Territorial). - Existência de diversos conselhos municipais (meio ambiente, merenda escolar, tutelar, CMDS, turismo, cultura, educação), fortalecendo a participação popular e o controle social. (Consulta Territorial); - Existência do Consórcio de prefeituras municipais, Consórcio Municipal de Desenvolvimento do Território da Bacia do Paramirim, com grande potencial de captação, organização e abrangência (Consulta Territorial); - Proximidade e articulação do Codeter com as secretarias estaduais que trabalham diretamente com políticas territoriais (SEPLAN, SDR, SECULT). (Consulta Territorial). - Existência de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no TI; - Existência de representação da OAB no TI; - Existência do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território Bacia do Paramirim

4. Eixos de Planejamento, Matrizes de Objetivos, Estratégias e Metas

Este item aborda o tema central do PTDS da Bacia do Paramirim, pois trata do planejamento propriamente dito do território. É apresentado em formato de uma Matriz que vincula eixos do desenvolvimento sustentável territorial a respectivos objetivos, estratégias e metas.

O horizonte cronológico do PTDS BP tem nível de planejamento macro para os próximos 08 anos. Partindo de cada uma das Matrizes, serão construídas Agendas Territoriais de Desenvolvimento Sustentável, onde serão definidos, em períodos sucessivos bianuais, ações, programas e projetos a serem executadas no período estabelecido. O PTDS será o instrumento de planejamento estratégico, enquanto as Agendas de Desenvolvimento Territorial, derivadas do PTDS, serão os instrumentos de planejamento operacional.

Os eixos de planejamento abrigam as dimensões sustentáveis do desenvolvimento territorial, tratadas no capítulo anterior conforme demonstrado no quadro seguinte.

Quadro – Relação entre os eixos de planejamento da Matriz e as dimensões do desenvolvimento sustentável territorial

Eixos de Planejamento da Matriz	Principais Dimensões do Desenvolvimento contempladas
Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
Estrutura Fundiária e Acesso à Terra	Dimensão Socioeconômica Dimensão ambiental Dimensão sociocultural e Educacional
Formação e Organização Social	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional
Infraestrutura e Serviços Públicos	Dimensão sociocultural e Educacional Dimensão Político Institucional

Como visto, um eixo se relaciona com duas ou mais dimensões do desenvolvimento sustentável, como é de se esperar de um modelo de desenvolvimento multidimensional em que as dimensões se inter-relacionam. Essa inter-relação é desejada na execução do Plano, na fase da sua operacionalização. As agendas territoriais, enquanto instrumento de planejamento operacional, receberão da Matriz de objetivos, estratégias e metas essa característica de abordagem territorial multidimensional.

Os quatro eixos da Matriz de Planejamento, se vinculam aos objetivos, as estratégias para cada objetivo e as metas para cada estratégia, como demonstrado nos quadros abaixo apresentados:

Eixo 1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva.

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Ampliar a oferta de agua, dos diversos recursos hídricos, e seu uso responsável para produção agropecuária.	1.1. Construção de Barragens	<p>1.1.1. Construção da barragem do Rio da Caixa no município de Rio do Pires e Boquira na comunidade de Serafin;</p> <p>1.1.2. Construção da barragem do Rio Santo Onofre no município de Macaúbas – Localidade de Tabuleirinho.</p>
		<p>1.1.3. Construção das 03 (três) Canais de adução do Rio Paramirim da Tabúa, Saco dos Bois I e II e Curralinho e Abobóra no município de Caturama.</p> <p>1.1.4. Construção da barragem do Rio do Mosquito no município de Boquira.</p>
	1.2. Limpeza e Recuperação de Barragens existentes	<p>1.2.1. Limpeza da lagoa do açude em macaúbas; (Consulta Territorial)</p> <p>1.2.2. Limpeza da barragem de Saco do Fogo em Ibipitanga;</p> <p>1.2.3. Limpeza de 100 % das barragens na Calha do Paramirim no território;</p> <p>1.2.4. Recuperação da Barragem de Brejo Grande em Boquira;</p> <p>1.2.5. Recuperação da Barragem de Canatiba em Macaúbas;</p> <p>1.2.6. Limpeza de 03 barragens no Rio dos Remédios em Rio do Pires;</p> <p>1.2.7. Limpeza de 02 Barragens no Rio da Caixa</p>
	1.3. Transposição de recursos hídricos.	1.3. Fazer a transposição do Rio Paramirim para lagoa do Açude, durante o período das chuvas em Macaúbas. Ponto de captação no Santa Apolônia.
	1.4. Obras de acumulação de água pluviais.	<p>1.4.1. 2.500 (dois mil e quinhentos) barreiros trincheira – modelo Embrapa (Consulta Territorial) ;</p> <p>1.4.2. 150 (cento e cinquenta) barragens subterrâneas;</p> <p>1.4.3. Cinco mil (5.000) cisternas de produção. (Consulta Territorial)</p>
	1.5. Regularização Ambiental dos recursos hídricos para produção agropecuária.	<p>1.5.1. Levantamento de todas as outorgas concedidas ou passíveis de dispensa; (Consulta Territorial)</p> <p>1.5.2. Verificar o uso correto</p>

		(volume e época) das outorgas concedidas através da fiscalização; (Consulta Territorial)
		1.5.3. Regularização do uso da água através da emissão de 500 outorgas, técnica e legalmente passíveis de uso. (Consulta Territorial)
	1.6. Fiscalização ambiental	1.6.1. Criar fiscalização ambiental territorial via consórcio municipal – CDS (Consulta Territorial).
	1.7. Promover a economia no uso da água com o uso de técnicas modernas de alta eficiência.	1.8.1. Transformar 1.000 (um mil) hectares do distrito de irrigação do Zabumbão que operam com sistema de irrigação por superfície para sistema de irrigação por gotejamento ou micro-aspersão. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)
2. Adensamento das cadeias produtivas familiares para o desenvolvimento sustentável, fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, com ampliação da renda, da produção, da disponibilidade e acesso a alimentos saudáveis.	2.1. Universalização ATER	2.1.1. Instalação de SEMAF nos 08 municípios do território; (Consulta Territorial); 2.1.2. Atendimento da Bahiater nos 08 municípios; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019); 2.1.3. Contratar, por Editais, entidades para prestar serviços de ATER para 2.160 famílias de agricultores, auxiliares a Bahiater. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019); 2.1.4. Promover Feira Territorial da Agricultura Familiar – Bianual (PTDRS 2013).
	2.2. Inspeção sanitária agropecuária para proporcionar agregação de valor, segurança alimentar e dinamizar a comercialização.	2.2.1. Implantação do serviço de inspeção Sanitária de abrangência territorial via consórcio - CDS. (Consultor)
	2.3. Capacitação para empreendedorismo e técnicas produtivas	2.3.1. Realizar 240 cursos de empreendedorismo e técnicas para produção agropecuária – Bahiater e Sistema S. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)
	2.4. Incremento no crédito para custeio e investimento	2.4.1. Ampliar a oferta de crédito em 40 % da montante atual em 04 anos. 60% em 8 anos. (Consulta Territorial)
	2.5. Organização e Promoção da Comercialização	2.5.1. Instalação de duas (02) centrais de comercialização de cunho territorial nos municípios de

		Paramirim e Macaúbas. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)
	2.6. Implantar infraestrutura para beneficiamento dos produtos da agricultura familiar	2.6.1. Instalar 01 (uma) unidade por ano, totalizando 08 unidades, uma em cada município do território de acordo com a definição do Colegiado em sintonia com as cadeias produtivas de maior repercussão sócio-econômica . (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)
	2.7. Promover os produtos da agricultura familiar nos mercados formais, institucionais e solidários	2.7.1. Ampliar o percentual da merenda escolar fornecida pela agricultura familiar do território de 30 para 60 % - PNAE; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019) 2.7.2. Aumentar o percentual da produção comercializada com a CONAB pelo PAA em 40 %.
	2.8. Promover sistemas de produção alternativos baseados na Agroecologia	2.8.1 Certificar 1.000 (mil) empreendimentos agropecuários no sistema orgânico nas diversas modalidades de certificação reconhecida pelo MAPA; (Consulta Territorial) 2.8.2. Promover 24 cursos de Agroecologia teórico-prático nos próximos 08 anos, para agricultura familiar do território. (Consulta Territorial) 2.8.3. Criar espaços específicos para produtos orgânicos nas feiras e mercados municipais e territoriais. (Consultor – PTDS não homologado) 2.8.4. Fomentar 169 (cento e sessenta e nove) sistemas produtivos sustentáveis para transição agroecológica (PPA 2016-2019).
	2.9. Promoção e Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Piscicultura	2.9.1. Distribuição de 1 (um) milhão de alevinos por ano; 2.9.2. Aumentar em 60% o numero de tanques redes instalados no território; 2.9.3. Introduzir o Peixe na merenda escolar de todos municípios.
	2.10. Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Bovinocultura do Leite	2.10.1. Garantir a instalação e funcionamento dos laticínios de Caturama (CAR/BNDES) e Macaúbas (Bahia Produtiva) 2.10.2. Ampliar a rede de captação de leite in natura resfriado com

		<p>instalação de 30 resfriadores (2.500 l a 3.000 l de capacidade por unidade) nos municípios de Caturama, Paramirim, Rio do Pires, Érico Cardoso e Botuporã em seis anos.</p>
		<p>2.10.3. Melhorar o rebanho leiteiro através de programa de melhoria genética por sistema de inseminação artificial (IATF) ,para com sêmen de qualidade de reprodutores de aptidão leiteira, aumentar a produtividade em 50%.</p>
		<p>2.10.4. Adquirir 02 (dois) Caminhões tanque Isotérmico e 02 (dois) caminhões Baú Partilheiro.</p>
	<p>2.11. Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Mandioca.</p>	<p>2.11.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 60%. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p>
		<p>2.11.2. Revitalizar 100 % das agroindústrias associativas paralisadas (casa de farinha) financiadas com recursos públicos (CAR, emendas parlamentares, Seagri-Ba etc.) (Consulta Territorial)</p>
		<p>2.11.3. Ampliar em 50 % a aquisição da mandioca e seus derivados na merenda escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial)</p>
	<p>2.12. Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Cana.</p>	<p>2.12.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 30%; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p>
		<p>2.12.2. Criar uma marca da cachaça fabricada no território com uniformização dos processos de plantio e fabrico para alcançar excelência do produto e consequentemente conquista de novos mercados; (Consultor)</p>
		<p>2.12.3. Ampliar em 50 % a aquisição dos derivados da cana (melaço, rapadura, açúcar mascavo</p>

		<p>e roletes de cana in natura) merenda escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial – Consultor – PTDS não homologado)</p>
		<p>2.12.4. Revitalizar 02 unidades agroindustriais familiares associativistas de processamento da Cana, com apoio técnico e financeiro em Canatiba em Macaúbas e Érico Cardoso (Demanda dos Produtores de Canatiba)</p>
	<p>2.13. Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.</p>	<p>2.13.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de captura, criação, manejo, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 30%; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>2.13.2. Instalar uma unidade beneficiamento de Mel com serviço de inspeção sanitária para propiciar a comercialização legal do produto. (Consulta Territorial)</p> <p>2.13.3. Criar uma marca do mel obtido no território com uniformização dos processos de obtenção e beneficiamento para alcançar excelência do produto e consequentemente conquista de mercados; (Consultor)</p> <p>2.13.4. Ampliar em 100 % a aquisição do mel (em sache ou pote) na merenda escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial)</p>
	<p>2.14. Promoção e fortalecimento da Cadeia Produtiva da Horticultura/Olericultura.</p>	<p>2.14.1. Aplicar o sistema de ATER (técnicas de plantio, adubação, variedades, pragas e doenças, etc.) através da Bahiater, e Semaf's para aumentar a produtividade média em 50%. (Consultor – PTDS não homologado)</p> <p>2.14.2. implantar nos cinturões verdes 08 unidades familiares associativas (para limpeza, classificação, processamento mínimo e embalagem) financiadas com recursos públicos (CAR, emendas parlamentares, Seagri-Ba etc.) (Consulta Territorial - Consultor)</p> <p>2.14.3. Ampliar em 100 % a</p>

		aquisição da Hortícolas/Olerícolas (legumes, verduras, folhosas, tubérculos etc.) in natura ou minimamente processados, na merenda escolar dos municípios do território. (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)
	2.15. Promover a regularização ambiental das propriedades da Agricultura Familiar	2.15.1. Realizar o CEFIR – Cadastro Florestal de Imóvel Rural em 20 (vinte) mil propriedades rurais da agricultura familiar. (Consulta Territorial)
	2.16. Promover o Agro-Extrativismo sustentável, integrado a agroindustrialização	2.16.1. Realizar estudo de viabilidade econômico-ambiental de aproveitamento extrativista dos frutos nativos do território (buriti, umbu, mangaba, pequi, manga e outros); (Consulta Territorial - Consultor) 2.16.2. Instalar projeto piloto lastreado no estudo de viabilidade econômico-ambiental de aproveitamento extrativista dos frutos nativos do território, em comunidade rural. (Consulta Territorial – Consultor - PPA 2016-2019)
	2.17. Promover a pesquisa agropecuária integrada a extensão rural no território	2.17.1. Firmar convênio de programa para pesquisa agropecuária e Ater entre os municípios (Secretarias de Agricultura), Embrapa, Universidades e Secretaria de Educação da Bahia. (Consulta Territorial) 2.17.2. Instalar área para pesquisa agropecuária e divulgação de resultados via consórcio municipal em parceria com as Escolas Famílias agrícolas, CETEP Bacia do Paramirim, Embrapa, Bahiater e Universidades e Prefeituras. (Consulta Territorial)
	2.18. Proporcionar acesso a material reprodutivo vegetal de qualidade para Agricultura Familiar	2.18.1. Criar 01 (um) campo de produção de sementes e manivas mantido pelo consórcio municipal e gerenciado pelo Conselho dos Secretários de Agricultura; (Consulta Territorial - Consultor) 2.18.2. Criar 01 (um) Banco de Sementes Básicas e Crioulas; (PTDS não homologado)

		2.18.3. Distribuir sementes e mudas para 10.000 agricultores em 4 anos. (PPA).
	2.19. Localizar e identificar os empreendimentos das cadeias produtivas do território	2.19.1. Fazer cadastramento georreferenciado dos empreendimentos de cada uma das cadeias produtivas do território da Bacia do Paramirim (Consulta Territorial).
3. Assegurar o desenvolvimento ambiental para consolidar a sustentabilidade, preservação e biodiversidade.	3.1. Contribuir com a recuperação, preservação e a utilização do bioma caatinga de forma sustentável;	3.1.1. Redução em 60 % no uso de queimadas como prática agrícola; 3.1.2. Recuperação de 30 % das áreas degradadas; 3.1.3. Reflorestamento de 4.000 hectares com plantas nativas da caatinga (Consulta Territorial)
	3.2. Garantir a preservação da biodiversidade territorial e inter-territorial;	3.2.1. Construção de rampas de piracema nas barragens existentes e nas planejadas; 3.2.2. Criação de 2(duas) áreas de preservação permanente (APA's, RPPN's, Parque Estadual)
	3.3. Educação e Capacitação Ambiental para Sustentabilidade	3.3.1. Incluir na matriz curricular dos ensinos fundamental e médio disciplina de “Educação ambiental e Sustentabilidade”; 3.3.2. Realizar, nos próximos 8 anos, 08 cursos de capacitação em educação ambiental e sustentabilidade de atores sociais, com compromisso de multiplicação do conteúdo, em oficinas.
	3.4. Recomposição florestal da vegetação nativa.	3.4.1. Implantação de Viveiro para produção de mudas nativas para reflorestamento e recomposição de matas ciliares e APP's. 3.4.2. Recomposição das matas ciliares e APP's do Rio do Peixe/Leite e entorno do açude de Macaúbas.
4. Promover o TURISMO como atividade sustentável no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, para ampliação da renda, trabalho e como atividade coadjuvante na preservação do meio-ambiente.	4.1. Qualificar profissionais que atuam na prestação de serviços turísticos;	4.1.1. Capacitar 80 profissionais (Guias turísticos, agentes de viagem, agentes de turismo receptivos etc.) de Turismo e Ecoturismo nos próximos 04 anos;
	4.2. Identificar e mapear pontos turísticos (Ecoturismo, Cultura,	4.2.1. Confeccionar e publicar guia territorial em meio físico e nos sites das prefeituras, da Secretaria de

	Rural , Aventura e Arqueológico), rede hoteleira, restaurantes e serviços auxiliares do Turismo;	Turismo da Bahia - SETUR e blogs do território. (Consulta Territorial – PTDS não homologado)
	4.3. Criação de roteiros turísticos no Território da Bacia do Paramirim e integrado aos territórios fronteiriços;	4.3.1. Publicar no “Guia Turístico Territorial” em meio físico e nos sites das prefeituras, da Secretaria de Turismo da Bahia- SETUR e blogs do território. (Consulta Territorial – PTDS não homologado)
5. Promover a CULTURA como atividade sustentável no desenvolvimento socioeconômico e ambiental, para ampliação da renda, trabalho e como atividade coadjuvante na preservação do patrimônio histórico material e imaterial.	5.1. Ampliar a divulgação das festas tradicionais do Território	5.5.1. Criar o “Calendário anual da Cultura” com eventos, datas, locais e protagonistas culturais para publicação, em meio físico e/ou nos sites das prefeituras, da Secretaria de Turismo da Bahia- SETUR e blogs do território. (Consulta Territorial)
	5.2. Preservar o patrimônio cultural propiciando o acesso ao conhecimento e a memória com vistas a sua sustentabilidade e o atendimento a sua função sócio-cultural.	5.2.1. Promover a conservação, restauração e requalificação de 02 (dois) bens protegidos ou de reconhecido valor cultural (móveis, imóveis e integrados), determinando por consenso dos membros da Plenária do Colegiado Territorial da bacia do Paramirim qual o “bem” a ser atendido. (PPA 2016-2019); 5.2.2. Criar Plano de reconhecimento e preservação do patrimônio histórico, cultura popular (material e imaterial) e arqueológico. (culinária, festas, manifestações, linguagem, feiras, artesanato, civismo, Quilombolas)
	5.3. Preservar e divulgar a História do Território	5.3.1. Criar o Museu da História do Território, em município a ser escolhido entre as prefeituras e o Colegiado da Bacia do Paramirim; 5.3.2. Incluir o Conjunto História/Cultura dos Municípios e Território nas atividades e matriz curricular das escolas; 5.3.3. Mapear todos os sítios com inscrições rupestres (pinturas, imagens, símbolos, etc.) nos municípios de Paramirim, Macaúbas, Boquira, Botuporã, Caturama, Rio do Pires, Érico Cardoso e Ibitipangá.
	5.4. Reconhecer as	5.4.1 Reconhecer legalmente as 03

	comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas para valorizar e conservar seus patrimônios culturais.	comunidades quilombolas do território. (Preá – Botuporã; Mamonas – Boquirá; Licuriú – Botuporã).
	5.5. Promover a economia da cultura como área estratégica de desenvolvimento.	5.5.1. Apoiar técnica e financeiramente 02 eventos culturais pelo Governo da Bahia – SECULT (PPA 2016-2019) 5.5.2. Implantar Programa Escolas Culturais em todos os 8 (oito) municípios do território em 05 anos. (Consulta Territorial)
	5.6. Apoio técnico e institucional da SECULTBa ao Território Bacia do Paramirim.	5.6.1. Proporcionar Consultoria para os 08 planos municipais de Cultura, Sistema Municipal de Cultura e Fundos Municipais de Cultura.
	5.7. Dotar o Território de equipamento cultural estadual.	5.7.1. Construir 01(um) Centro de Cultura Territorial destinado a atividades de capacitação e apresentações culturais à sociedade do Território da Bacia do Paramirim.

Eixo 2. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Garantir o acesso a terra e aos recursos naturais	1.1. Promover a regularização fundiária das áreas dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais	1.1.1. Emissão de 8.000 títulos de propriedade via consórcio territorial; 1.1.2. Realizar discriminatória das terras públicas do território; 1.1.3. Regularizar 04 (quatro) propriedades em áreas quilombolas, fundo e fecho de pasto (PPA 2016-2019).
	1.2. Promover a reconcentração Produtiva de terras no território para reintrodução de produtores rurais ao processo produtivo em escala de mercado.	1.2.1. Aquisição de Glebas pelo Poder Público (Plano Nacional de Crédito Fundiário ou desapropriação pelo INCRA) para assentamento de 200 pequenos proprietários de minifundíos improdutivos por tamanho (muito abaixo do módulo fiscal oficial)
2. Promover a autonomia das mulheres e da juventude rural por meio da garantia do acesso à terra	2.1. Promover o assentamento de jovens rurais;	2.1.1. Promover o assentamento de 300 jovens rurais oriundos das Escolas Famílias Agrícolas e do Curso Técnico Agropecuária do CETEP Bacia do Paramirim, através do Plano nacional de Crédito Fundiário –PNCF;
	2.2. Estimular o protagonismo dos Jovens Rurais	2.2.1 Aumentar em 50 % o crédito para atividades rurais e não rurais, específico para a juventude rural.

	2.3. Reconhecimento do protagonismo da mulher produtora rural	2.3.1. Emissão de DAP's para todas as mulheres do território; 2.3.2. Aumentar em 50 % o crédito para atividades rurais e não rurais, específico para as mulheres rurais.
--	---	---

Eixo 3. Formação e Organização Social

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Proporcionar o protagonismo dos atores locais na análise das estruturas de poder e das representações sociais nos espaços políticos dos territórios para compreender as relações entre políticas públicas, os projetos políticos vinculados e a governabilidade sócio territorial, na perspectiva da configuração de uma moderna esfera pública ampla e democrática.	1.1. Realizar eventos que promovam e lastreiem o protagonismo dos cidadãos e cidadãs do território	1.1.1. Realizar 10 Conferências territoriais e estaduais nas áreas de juventude e direitos humanos nos próximos 4 anos; 1.1.2. Realizar 01 Conferência territorial e estadual na área dos direitos das pessoas com deficiência nos próximos 04 anos;
	1.2. Diminuir a influência do poder executivo na indicação e nomeação dos membros dos diversos conselhos existentes, gestores escolares nos municípios.	1.1.3. Realizar 01 Conferência territorial e estadual do sistema estadual de segurança alimentar e nutricional nos próximos 04 anos (PPA 2016-2019); 1.1.4. Realização Anual ou Bianual da Feira Territorial da Agricultura Familiar da Bacia do Paramirim, itinerante nos municípios do território.
2. Ampliar e melhorar as capacidades e competências humanas e institucionais do território para promover desenvolvimento sustentável e solidário. (sugestão da consultoria de apoio na	2.1. Capacitar gestores, técnicos, conselheiros e lideranças que atuam nas áreas de juventude, gênero e direitos humanos no território da Bacia do Paramirim.	1.2.1. Propor e perseguir aprovação de lei pelas câmaras municipais vetando a participação do prefeito e secretários municipais como presidentes dos conselhos, assim como de parentes do chefe executivo municipal e vereadores, para membros dos conselhos existentes ou que vierem a ser criados. (Consulta Territorial); 1.2.2. Promover a escolha dos gestores escolares municipais e estaduais via eleição. (PTDS não homologado/Consulta Territorial).

elaboração dos PTDS da Bahia)		<p>Estadual de Educação em Direitos Humanos (PPA 2016-2019);</p> <p>2.1.3. Realizar 02 encontros formativos para o uso do sistema de proteção da criança e adolescentes;</p> <p>2.1.4. Realizar 08 cursos de Jurista Leigo para capacitar cidadãos(ás) no conhecimento e defesa de seus direitos sociais e humanos nos próximos 08 anos, no âmbito do Direito; (Consultor)</p> <p>2.1.5. Qualificar 60 % dos membros dos conselhos municipais de saúde e educação do território nos próximos 4 anos.</p>
3. Fortalecer a Política de Desenvolvimento Territorial	3.1. Consolidar a atuação do Colegiado Territorial;	<p>3.1.1. Dotar o Colegiado Territorial de recursos físicos-financeiros para sua atuação (PPA 2016-2019);</p> <p>3.1.2. Unir esforços para aprovar a proposta na qual o orçamento estadual tenha 1(um) % do montante dos gastos(custeio e investimento) determinados pelos Territórios (CET);</p>
	3.2. Ampliar a atuação do Colegiado Territorial	<p>3.2.1. Implantar Câmara Técnica de Saneamento Ambiental no Colegiado Territorial da Bacia do Paramirim (PTDS não homologado);</p>
4. Ampliar os espaços, fóruns, conselhos e entidades no território como forma de promover a participação social responsável e solidária;	4.1. Promover a sinergia entre as representações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do território.	<p>4.1.1. Formar o Conselho dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTR do Território da bacia do Paramirim(Consultor)</p>
	4.2. Promover a integração institucional dos municípios do Território da Bacia do Paramirim	<p>4.2.1. Fundar uma associação dos municípios da bacia do Paramirim</p>
	4.3. Promover a integração institucional dos secretários de agricultura dos municípios do Território da Bacia do Paramirim	<p>4.3.1. Fundar o Conselho de Secretários de Agricultura da Bacia do Paramirim. (Consultor)</p>
5. Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impessoalidade do atendimento.	5.1. Proporcionar acesso aos serviços da burocracia pública de forma rápida e eficiente.	<p>5.1.1. Assegurar o funcionamento da unidade existente da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC;</p> <p>5.1.2. Implantar 01 unidade da rede do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC no território;</p> <p>5.1.3 . Promover a simplificação e legalização do registro mercantil com a implantação do Sistema Integrador Estadual de Registro Mercantil no</p>

		município de maior PIB no território. (PPA 2016-2019);
		5.1.4. Implantar unidades do SINEBAHIA no município de Paramirim (PPA 2016-2019/ Consulta Territorial);
		5.1.5. Garantir o funcionamento das 02 (duas) unidades do SINEBAHIA no território (PPA 2016-2019);

Eixo 4. Infraestrutura e Serviços Públicos

Objetivos	Estratégias	Metas
1. Ampliar e melhorar o acesso a Saúde como direito fundamental da Cidadania	1.1. Consolidar os serviços e as ações de Saúde na Atenção Básica (PPA 2016-2019)	1.1.1. Aumentar em 50 % o apoio técnico e financeiro da parceria do Estado aos municípios.
	1.2. Ampliar a oferta de serviço de saúde de média e alta complexidade com leitos de UTI (PPA 2016-2019)	1.2.1. Implantar 02 Policlínicas através de consórcio territorial (CDS)
	1.3. Ampliar e melhorar a oferta do SAMU – Serviço Móvel de Urgência. (Consulta Territorial /PPA's 2012-2015/2016-2019)	1.3.1. Ampliação do SAMU 192 para mais 05 municípios e renovação da frota existente.
	1.4. Implantar e ampliar políticas públicas para usuários de drogas	1.4.1. Universalizar os Centros de Atenção Psicossocial com implantação em 100% dos municípios 1.4.2. Construir 01 (um) Centro de reabilitação e recuperação de usuários de Drogas (CAPSAD) dotado de profissionais capacitados
	1.5. Realizar combate a Zoonoses.	1.5.1. Instalar 01 (um) Centro Territorial de Zoonoses via consórcio municipal – CDS (PTDS não homologado)
2. Promover a integração inter/intra territorial, com Estados e União.	2.1. Ampliar, restaurar e manter as rodovias de âmbito estadual (BA's) e federal (BR's)	2.1.1. Construir os trechos de rodovias: ✓ BA 152 (Rio do Pires/Novo Horizonte – via Ibiajara); ✓ Paramirim/Maniaçu – Via Br 122; ✓ Paramirim/Tanque Novo – Boca do Campo; ✓ Br 349 – Entrocamento Br 242/ Ibitiara – Ba 156 (Macaúbas – Bom Jesus da Lapa); ✓ Conservação da BR 349 trecho Ibipitanga / Ba 156; ✓ Construção Ba 573 Trecho

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Macaúbas – Lagoa Clara; ✓ Rio do Pires/caturama Via Feira Nova; ✓ Erico Cardoso – Rio de Contas (via Vereda); ✓ Restauração da BA 156 trecho Caturama – Botuporã – Tanque Novo – Entrocamento BR 430.
	2.2. Construção e ampliação de Pontes	<p>2.2.1. Duplicação da ponte sobre o Rio Paramirim na estrada Macaúbas a Ibipitanga.</p> <p>2.2.2. Conclusão da ponte na estrada entre Malhada do Caminho em Boquira para Bela Vista em Ibitiara;</p>
	2.3. Garantir o Transporte aéreo.	<p>2.3.1. Reformar os todos aeroportos que servem ao território. (Consulta Territorial) ;</p> <p>2.3.2. Construção do Aeroporto Territorial em Cassutinca.</p>
3. Proporcionar o acesso a energia elétrica no Território para fins domésticos e de produção e buscar inovar as fontes;	3.1. Levar energia, ampliar a capacidade e diversificar as fontes em potencial.	<p>3.1.1. Universalizar o acesso da Energia Elétrica no território; (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>3.1.2. Proporcionar eletrificação trifásica às margens do Rio Paramirim, Santo Onofre e seus afluentes, iniciando pela Barragem do Zabumbão (Consulta Territorial – PPA 2016-2019)</p> <p>3.1.3. Instalar 01 Parque Eólico no território.(Consulta Territorial)</p>
4. Ampliar a rede de tele-comunicações e Banda-larga para o desenvolvimento sócio – econômico.	4.1. Universalizar as comunicações com telefonia fixa, móvel e serviço de internet via Banda-Larga	<p>4.1.1. Levar o serviço a todas as sedes e comunidades do território nos próximos 8 anos (Consulta Territorial);</p> <p>4.1.2. Levar o serviço a 100 comunidades dos diversos municípios do território nos próximos 4 anos (Consulta Territorial);</p> <p>4.1.3. Incluir o Território da Bacia do Paramirim no Programa Cidade Digital (PPA 2016-2019);</p> <p>4.1.4. Disponibilizar acessos de internet banda-larga acima de 25 Mbps em 16 unidades públicas nos próximos 4 anos (PPA 2016-2019).</p>
5. Ampliar a infraestrutura hídrica para oferta de água com qualidade e quantidade suficiente visando principalmente a universalização do abastecimento humano	5.1. Implantar sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades rurais.	<p>5.1.1. Implantar 20 sistemas nos próximos 04 anos (PPA 2016-2019);</p> <p>5.1.2. Implantar 29 estruturas hídricas em escolas rurais (PPA 2016-2019);</p>
	5.2. Implantar sistemas convencionais de abastecimento de água em comunidades rurais.	<p>5.2.1. Implantar 13 unidades de sistemas convencionais nos próximos 4 anos (PPA 2016-2019)</p>
	5.3. Uso de tecnologias	<p>5.3.1. Implantação de 4.500 cisternas</p>

	alternativas no acesso a agua para consumo.	domiciliares de placas ou plástica. (Consulta Territorial)
6. Garantir Educação de Qualidade como forma de proporcionar o desenvolvimento social e econômico pleno e justo.	6.1. Promover a Formação inicial e continuada dos professores e profissionais da educação; 6.2. Fortalecimento da educação técnica profissional de nível médio	6.1.1. Realizar 216 cursos e eventos nos próximos 4 anos; (PPA 2016-2019) 6.2.1. Assegurar o funcionamento regular das unidades de educação profissional e suas atividades curriculares com verbas necessárias e suficientes. (PPA 2016-2019)
	6.3. Ampliar a oferta de professores da educação básica e profissional.	6.3.1. Realizar concurso para professores da educação básica e do núcleo técnico da educação técnica profissional de nível médio nos próximos 4 anos. (PTDS não homologado – Consulta Territorial)
	6.4. Monitorar a evolução dos índices de avaliação e desempenho do ensino nos municípios e território da BP.	6.4.1. Alcançar os índices do IDEB estabelecidos pela SEC/MEC nas séries iniciais e finais da educação básica nos municípios do território; (Consulta Territorial) 6.4.2. Diminuir as taxas de evasão escolar em 50% nos próximos 4 anos e em 80% nos 4 anos subsequentes; (Consulta Territorial) 6.4.3. Baixar o índice de analfabetismo no território, dos atuais 25,8 % para 18,8 % nos próximos 8 anos; (Consultor – Consulta Territorial)
	6.5. Baixar os índices de analfabetismo dos municípios e consequentemente do território.	6.5.1. Alfabetizar 24.000 pessoas no horizonte de 8 anos. Em média 375 pessoas por mês em cada um dos 8 municípios do território; (Consulta Territorial - PPA 2016-2019)
	6.6. Atender as demandas da educação no campo e para o campo	6.6.1. Garantir através de convênios e repasses os recursos para o funcionamento das 05 unidades de Escolas Famílias Agrícolas do território; (PPA 2016-2019) 6.6.2. Ampliar em 60 % o numero de EFA's no território;(Consulta Territorial) 6.6.3. Adquirir pelo menos 01 (um) ônibus escolar e 01 (um) veículo multiutilitário para cada uma das EFA's; (Consulta Territorial) 6.6.4. Dotar de quadras poliesportivas todas as EFA's; (Consulta Territorial) 6.6.5. Adquirir conjunto de máquinas e equipamentos agrícolas para todas as EFA's; (Consulta Territorial)
	6.7. Contribuir para elevação	6.7.1. Realizar em 17 (dezessete)

	<p>do índice de aprovação e redução do índice de abandono na educação básica na rede estadual de ensino.</p> <p>6.8. Prover infraestrutura e suprimentos adequados para rede escolar estadual</p>	<p>unidades escolares, o Programa Ciências na Escola para áreas de ciências humanas e da natureza no ensino fundamental e médio; (PPA 2016-2019);</p> <p>6.7.2. Realizar em 17 (dezessete) unidades escolares, o Programa Gestar na Escola no ensino fundamental e médio; (PPA 2016-2019);</p> <p>6.7.3. Realizar 21 (dezessete) cursos de Educação de Jovens e Adultos no ensino básico; (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.1. Ampliar 03 (três) unidades escolares de educação básica no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.2. Construir 01 (uma) unidade escolar de educação básica no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.3. Distribuir de 68.555 (sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco) uniformes para estudantes da educação básica na rede estadual no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.4. Dotar 01 (uma) biblioteca da rede estadual de ensino, de infraestrutura física edeuada no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.5. Melhorar a estrutura física de 05 unidades escolares de educação básica no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.6. Melhorar a estrutura física de 05 unidades escolares de educação integral no território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.7. Ofertar transporte escolar para os estudantes da educação básica da rede estadual no nos 08 municípios do território. (PPA 2016-2019);</p> <p>6.8.8. Criar 03 cursos pré-vestibulares para alunos carentes da rede pública de ensino no território. (Consulta Territorial)</p>
<p>7. Ampliar a infraestrutura do Saneamento Ambiental para garantir sustentabilidade, saúde, oferta de água, com qualidade e quantidade, visando principalmente a qualidade de vida da população.</p>	<p>7.1. Elaboração de “Plano Municipal de Saneamento Básico” , nos municípios do Território da Bacia do Paramirim.</p> <p>7.2. Implantar, ampliar e restaurar rede esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos nas sedes dos municípios.</p>	<p>7.1.1. Elaborar 8(oito) planos municipais de saneamento básico (Consulta Territorial 08 planos / PPA 2016-2019 02 planos);</p> <p>7.2.1. Elaborar estudos e projetos para obras de esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos em Boquira, Erico Cardoso e Ibipitanga; (Consulta Territorial) (PPA 2016-2019 previstos apenas 02)</p> <p>7.2.2. Construir rede esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos em Boquira, Erico Cardoso e</p>

		Ibipitanga; (Consulta Territorial) (PPA 2016-2019 previstos apenas 02)
	7.2.3. Ampliar, restaurar e qualificar rede esgotamento sanitário e sistema de tratamento de esgotos nos municípios já implantados. (Consulta Territorial) (PPA 2016-2019 previstos apenas 02)	
	7.3. Implantar aterros sanitários para resíduos sólidos no território via consórcio.	7.3.1. Construção de 03 aterros sanitários territoriais via consórcio municipal em locais definidos pelas interseções da viabilidade técnica, ambiental e econômica dos municípios; 7.3.2. Implantar usinas de compostagem de reciclagem de resíduos orgânicos para uso na adubação orgânica especialmente na agricultura familiar; 7.3.3. três (03) centros de triagem de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis nos aterros sanitários planejados via consórcio.
	7.4. Combate a criações animais como foco de poluição ambiental e proliferação de zoonoses	7.4.1. Erradicação de criações de animais potencialmente poluidoras e proliferadoras de patogenias/zoonoses nos perímetros urbanos, margens de corpos d'água, equipamentos públicos coletivos (escolas, pontos de saúde, praças, etc.)
8. Garantir a Segurança Pública como política de qualidade de vida e segurança sócio-econômica	8.1. Proporcionar contingente para atuação na Segurança Pública do Território.	8.1.1. Aumentar o contingente da Policia Militar em 30 % através de concurso público. 8.1.2. Aumentar o contingente da Policia Civil em 50 % através de concurso público.
	8.2. Garantir condições de atuação das Forças Policiais	8.2.1. Reformar todas as delegacias de Policia Civil do Território 8.2.2. Reformar todas as estruturas físicas da Policia Militar; 8.2.3. Construir estruturas físicas para substituir todos os imóveis alugados pela Policia Militar e Civil do Território da Bacia do Paramirim 8.2.4. Aumentar em 50 % os equipamentos (armas, coletes, rádios etc.) para a Policia Militar e Civil; 8.2.5. Aumentar em 100 % os veículos das Policias Militar e Civil
	8.3. Garantir Comunicação integrada das forças públicas de segurança	8.3.1. Finalizar o CICOM de Brumado para integrado com o CICON de Ibotirama proporcionar a integração das comunicações.
	8.4. Territorializar a Segurança Pública.	8.4.1. Criar e Implantar 01 (uma) Delegacia Territorial abrangendo os 08 municípios do território.

9. Justiça e Defesa Cidadã para promoção da paz e justiça social	9.1. Poder Judiciário – Justiça – Celeridade – Eficiência.	<p>9.1.1. Ampliar em 50 % dos quadros funcionais da magistratura e servidores, realizando concurso público para as carreiras e nomeação para as comarcas dos municípios da Bacia do Paramirim;</p> <p>9.1.2. Aumentar a eficiência do Poder Judiciário aumentando em 20 % de processos julgados entre 2016 – 2019 em 40 % entre 2020 – 2023;</p> <p>9.1.3. Promover a Comarca de Paramirim de inicial para itermediária;</p>
	9.2. Proporcionar Defesa dos Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	<p>9.2.1. Ampliar em 50 % os quadros funcionais do Ministério Público, Promotores e servidores, realizando concurso público para as carreiras e nomeação para as comarcas dos municípios da Bacia do Paramirim;</p> <p>9.2.2. Instalar a Defensoria Pública com a implantação em 03 municípios e contratação por concurso de 06 Defensores.</p>

5. Gestão do Desenvolvimento – Estratégia, Acompanhamento e Monitoramento.

5.1. Gestão do PTDS BP

5.1.1. Responsabilidade

Será responsabilidade do Colegiado Territorial, a gestão executiva e social do Plano e consistirá em uma das suas principais atribuições na política de desenvolvimento territorial. A execução operacional terá inicio logo após a aprovação do PTDS. Cabendo também, ao Colegiado o monitoramento e avaliação das ações a serem realizadas.

5.1.2. Estratégia

A implantação dos PTDS do Território da Bacia do Paramirim ocorrerá mediante a elaboração e execução de Agendas Territoriais de Desenvolvimento. Nelas, as estratégias e metas do Plano serão transformadas em ações operacionais a serem executadas pelo Colegiado diretamente através de suas instâncias administrativas (Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico) e suas instâncias auxiliares (Câmaras Técnicas, Comissões Setoriais, Grupos de Trabalho e Comissões Especiais) ou, sob a sua supervisão, por redes, fóruns e entidades parceiras existentes no território.

A Construção das Agendas de Desenvolvimento Territorial também será realizada de modo participativo, pelos representantes do Colegiado com apoio de assessores técnicos, para períodos bianuais, com avaliação a cada ano.

É indicado ao Colegiado Territorial elaborar uma agenda para cada um dos eixos de desenvolvimento do PTDS, conforme definido na Matriz de Planejamento:

1. Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva
2. Estrutura Fundiária e Acesso à Terra
3. Formação e Organização Social
4. Infraestrutura e Serviços Públicos

As agendas conterão programas, projetos, ações e iniciativas, sem retirar delas a possibilidade de integração de suas dimensões, que é um dos resultados almejados na execução do Plano.

Importantíssimo que nas agendas estejam definidas as responsabilidades, os prazos, os recursos, os instrumentos de controle social e arranjos institucionais para garantir execução com interação sinérgica.

5.2. Acompanhamento e Monitoramento do PTDS

A etapa de acompanhamento e monitoramento do plano é procedimento natural e essencial para acompanhar e avaliar resultados, comparando aquilo que foi planejado com o que foi efetivamente executado, permitindo adequações e correções necessárias ao longo da vigência do PTDS BRG.

O acompanhamento e monitoramento do PTDS, promoverá o fortalecimento da responsabilidade social dos protagonistas do território, e obter como efeito colateral, uma maior apropriação desse fundamental instrumento de gestão social.

O monitoramento do Plano promoverá a construção social de indicadores que devem estar contemplados tanto no processo como nos resultados e impactos que poderão incidir na organização sistêmica do estado da Bahia, do território do Rio Grande e na sua sustentabilidade.

O monitoramento do PTDS é um processo permanente e mais amplo que o mero acompanhamento da execução. Busca-se, com isso, na implantação do Plano, a identificação de eventuais lacunas na execução, contribuindo operacionalmente para a adoção de medidas corretivas para ajuste das atividades planejadas.

Portanto, os indicadores/metas são parâmetros qualificados ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo no território.

É importante ressaltar que a Estratégia de Gestão, Acompanhamento e Monitoramento se caracteriza por dois processos simultâneos e inter-relacionados, um interno e outro externo:

O processo interno consiste, principalmente, na intensidade de responsabilidade social (capacidade de pontuação) que o Colegiado Territorial se atribui ao assumir a gestão, orientando-se no sentido da materialização dos objetivos, metas, responsáveis e resultados e também no contínuo processo de qualificação dessa Estratégia;

O processo externo consiste na competência social (assumida e desenvolvida) do Colegiado Territorial buscando a maior governança nos acordos e negociações com parceiros e atores nas diversas esferas de concertação possíveis da União.

Trata-se de Estratégia que se tornará concreta e alcançará maior legitimidade se o Colegiado Territorial articular as condições internas para implementação de ações e iniciativas e, ao mesmo tempo, realizar as negociações externas visando à mobilização e atração de recursos (financeiros, humanos e materiais) e políticas públicas. “.

Finalmente, o PTDS deverá:

I. Definir um cronograma com as principais atividades de acompanhamento e monitoramento do Plano e das Agendas de Desenvolvimento Territorial Sustentáveis

II. Definir as pessoas físicas que assumirão responsabilidade com a execução do Plano e das Agendas.

III. Apontar as instâncias responsáveis e definir as pessoas físicas incumbidas de coordenar as atividades;

IV. Constituir grupo interno do Colegiado de acompanhamento e monitoramento, para exercer esse papel específico, com apoio de assessores técnicos.

V. Serão constituídas atividades semestrais para monitoramento das agendas e anuais para monitoramento do Plano.

Essa execução do PTDS, mediante a realização de Agendas Territoriais de Desenvolvimento, remete a organização da Matriz de objetivos, estratégias e metas em seis grandes eixos que darão origem as agendas: i) Desenvolvimento Econômico e Ambiental com Inclusão Socioprodutiva, ii) Estrutura Fundiária e Acesso à Terra, iii) Formação e Organização Social e iv) Infraestrutura e Serviços Públicos. Assim, faz-se um vínculo objetivo entre o planejamento estratégico e o planejamento operacional, na medida em que as agendas seguirão a organização da Matriz.